



Quebra de sigilo telefônico é exceção, reafirma STF

06/03/2007

A interceptação judicial telefônica só pode ser permitida para viabilizar a produção de prova e, ainda assim, como exceção. A regra é a inviolabilidade da comunicação telefônica. A tese foi reforçada pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, ao rejeitar pedido da Interpol, feito por meio da Polícia Federal brasileira.

O pedido era o de quebra de sigilo telefônico da mulher de um francês foragido, cuja extradição foi deferida pelo próprio Supremo. Os policiais acreditam que, com os dados telefônicos da mulher, chegariam ao foragido. O pedido foi barrado.

Em seu parecer, pela rejeição do pedido, o Ministério Público Federal ressaltou que o pedido é de “interceptação telefônica dirigida a quem sequer está sendo investigado — a esposa do extraditando”. Assim seria impossível atendê-lo.

O ministro Celso de Mello acolheu o parecer e reforçou que a lei restringe “a possibilidade de interceptação telefônica, limitando-a, apenas, a uma única e específica função: a de viabilizar a produção de ‘prova em investigação criminal e em instrução processual penal’”. Ainda de acordo com o ministro, “o objetivo visado pela autoridade policial ultrapassa os fins que legitimam a utilização, sempre excepcional, da interceptação telefônica”.

Celso de Mello também discorreu sobre os direitos do extraditando. Segundo o ministro, “a essencialidade da cooperação internacional na repressão penal aos delitos comuns não exonera o Estado brasileiro – e, em particular, o Supremo Tribunal Federal – de velar pelo respeito aos direitos fundamentais do súdito estrangeiro que venha a sofrer, em nosso país, processo extradicional instaurado por iniciativa de qualquer Estado estrangeiro”.

Na decisão, Celso ressaltou que assumir a condição de extraditando não tira do estrangeiro “a condição indisponível de sujeito de direitos e de titular de garantias fundamentais, cuja intangibilidade há de ser preservada pelo Estado a que foi dirigido o pedido de extradição: o Brasil”.

Leia decisão

EXTRADIÇÃO 1.021-2 REPÚBLICA FRANCESA



RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

REQUERENTE(S): GOVERNO DA FRANÇA

EMENTA: EXTRADIÇÃO. PRISÃO CAUTELAR DECRETADA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA PRETENDIDA PELA AUTORIDADE POLICIAL PARA EFEITO DE EXECUÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO. HIPÓTESE QUE NÃO SE AJUSTA ÀS EXCEÇÕES TAXATIVAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO. O SÚDITO ESTRANGEIRO, EMBORA SUBMETIDO A PROCESSO EXTRADICIONAL, NÃO SE DESPOJA DA SUA CONDIÇÃO DE SUJEITO DE DIREITOS E DE TITULAR DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PLENAMENTE OPONÍVEIS AO ESTADO BRASILEIRO. PEDIDO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA INDEFERIDO.

DECISÃO: O ora extraditando, **contra quem foi expedido** mandado de prisão cautelar (fls. 79 e 87/88), **ainda não foi capturado**, por se encontrar, “*atualmente (...), em lugar incerto e não sabido (...)*” (fls. 94).

Por tal razão, o Senhor Delegado de Polícia Federal, representante da INTERPOL, **com a finalidade** de cumprir o mandado de prisão em referência, **postula seja autorizada**, por esta Corte Suprema, **interceptação telefônica** destinada a viabilizar a localização do extraditando em questão (fls. 93/96).

A **excepcionalidade** desse pleito **levou-me** a determinar a prévia audiência do eminente Procurador-Geral da República (fls. 131).

O Ministério Público Federal, **em parecer** da ilustre Subprocuradora-Geral da República, Dra. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES, **aprovado** pelo eminente Procurador-Geral da República, **assim se pronunciou** sobre o pedido em causa (fls. 133/135):

“1. A República Francesa, por meio da Nota Verbal 468, de 6 de outubro de 2005 e com base em Tratado de Extradicação firmado entre a França e o Brasil, **requereu** a prisão preventiva para fins de extradicação de (...).

2. O Ministro Relator, em 20 de dezembro de 2005, **após verificar** os requisitos previstos nos artigos 76 a 82 da Lei n.º 6.815/80, bem como no Tratado de Extradicação, **deferiu** o pedido (fl.

79).

3. Ocorre que o extraditando encontra-se foragido, situação que vem impedindo a execução do mandado. **Por essa razão, requereu o Delegado de Polícia Federal, Representante da Interpol, que seja autorizada a interceptação telefônica** em duas linhas pertencentes à **esposa do Extraditando**, considerando ser esta a melhor forma para encontrar o estrangeiro em questão (fls. 93/96).

4. O Ministério Público Federal, instado a manifestar-se, **posiciona-se contrariamente ao deferimento** do pedido.

5. Como bem ressaltou o e. Ministro Celso de Mello, o objetivo visado pela autoridade policial **ultrapassa os fins que legitimam sua utilização. A regra é a inviolabilidade** das comunicações telefônicas, **tendo como exceção** as hipóteses de crimes apenados com reclusão **e desde** que a interceptação sirva como prova em **investigação criminal e em instrução processual penal**. Nesse sentido, a lição de José Afonso da Silva:

‘(...) **Abriu-se excepcional possibilidade** de interceptar comunicações telefônicas, por ordem judicial, **nas hipóteses e na forma** que a lei estabelecer **para fins** de investigação criminal **ou** instrução processual. **Vê-se que, mesmo na exceção**, a Constituição **preordenou regras estritas** de garantias, **para que não se a use** para abusos. O **‘objeto de tutela** é **dúplice: de um lado**, a liberdade de manifestação de pensamento; **de outro lado**, o segredo, como expressão do direito à intimidade’ (...).

6. Em princípio, não há, no presente caso, **situação que autorize a violação à intimidade da titular** das linhas, **tendo em vista** que os dados que serão obtidos não servirão como prova dos delitos imputados ao extraditando.

7. Afirmam Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes, **que a interceptação telefônica é ‘fonte de prova’**, tendo a função de trazer ao conhecimento do juiz fatos relevantes **da culpa ou da inocência** do investigado, indiciado ou acusado. **Ora, é sabido que este tipo de questionamento é incabível na esfera extradicional**.

8. Ademais, mesmo que se admitisse a interceptação na hipótese em análise, **o seu deferimento não prescinde** da demonstração, **com elementos objetivos**, de que **não** existe **outro meio** de localização do extraditando, **para fins de cumprimento** do mandado de prisão. **Existindo outros meios disponíveis**, estes deverão ser utilizados, **sendo vedada a utilização** da interceptação telefônica. **Qualquer** ato jurisdicional **que se distancie ou não justifique** de modo satisfatório essas exigências legais **constitui violação indevida** de direito e garantia constitucional, **contaminando** de ilícito **qualquer** material advindo deste ato.

9. Ademais, o que se deseja, no presente caso, é a interceptação telefônica **dirigida a quem sequer está sendo investigado** – a esposa do extraditando. **Deve-se atentar para o fato** de que a Lei 9.296/96 **não só regulamentou, mas também restringiu** bastante a aplicação do referido instituto, **não se podendo admitir que ele seja ampliado** de forma a contrariar direito fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, **qual seja, a inviolabilidade** do sigilo de comunicação como regra e, **apenas excepcionalmente**, a interceptação **para fins** de investigação criminal e instrução processual penal.

10. Assim, manifesta-se o Ministério Público Federal desfavoravelmente ao pedido de interceptação telefônica formulado pela autoridade policial às fls. 93/96.” (grifei)

Passo a apreciar o pedido formulado nesta sede extradicional.

E, ao fazê-lo, **indefiro** a postulação em causa. **É que**, tal como corretamente observado pelo Ministério Público Federal, **o objetivo visado** pela autoridade policial **ultrapassa** os fins **que legitimam** a utilização, **sempre excepcional**, da interceptação telefônica.

Cumpre referir, neste ponto, que o ordenamento constitucional brasileiro **estabelece, como regra, o sigilo** das comunicações telefônicas (CF, art. 5º, inciso XII). De outro lado, **a interceptação constitui exceção** ao direito fundamental à inviolabilidade do sigilo de comunicação, **tal como acentuado**, com particular ênfase, **pelo magistério doutrinário** (VICENTE GRECO FILHO, “**Interceptação Telefônica**”, p. 12, item n. II, “a”, 1996, Saraiva; LUIZ FRANCISCO TORQUATO AVOLIO, “**Provas Ilícitas**”, p. 133, item n. 4.3.3, “a”, 2003, RT; CÉSAR DARIO MARIANO DA SILVA, “**Provas Ilícitas**”, p. 54/55, item n. 3.2, 2002, LEUD; PAULO RANGEL, “**Breves Considerações sobre a Lei nº 9.296/96 - Interceptação Telefônica**”, “in” Revista Forense, vol. 344/218; ÂNGELO AURÉLIO GONÇALVES PARIZ, “**O Princípio da Proibição das Provas Ilícitas e os Direitos Fundamentais**”, “in” Revista Jurídica, nº 301, p. 71, item n. 3.3, v.g.).

Impende observar, por necessário, **que o ordenamento constitucional indica, de modo taxativo, as hipóteses** – sempre excepcionais – em que a garantia da inviolabilidade das

comunicações telefônicas **pode ser legitimamente afastada**.

Em situação de normalidade institucional, a Constituição **somente permite** a interceptação telefônica **para fins** de investigação criminal **ou**, ainda, **para efeito** de instrução processual penal, **consoante assinalado** por eminentes **autores** (JOÃO ROBERTO PARIZATTO, “Comentários à Lei nº 9.296, de 24-07-96”, p. 12, 1996, Editora de Direito; ANTONIO SCARANCA FERNANDES, “A Lei de Interceptação Telefônica”, “in” “Justiça Penal 4 - Críticas e Sugestões - Provas Ilícitas e Reforma Pontual”, p. 53, item n. 4, 1997, RT; MARIA GILMAÍSE DE OLIVEIRA MENDES, “Direito à Intimidade e Interceptações Telefônicas”, p. 157, item n. 4.2.3, 1999, Mandamentos; ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, “Escuta Telefônica - Comentários à Lei nº 9.296/96”, “in” Revista do Tribunal Regional Federal 5ª Região, nº 37, p. 25, item n. 4, v.g.).

Cabe enfatizar, presente esse contexto **de normalidade** da ordem político-jurídica, que a Lei nº 9.296/96, **ao regulamentar** o inciso XII do art. 5º da Constituição Federal, **também restringe** - em prescrição absolutamente **compatível** com o texto constitucional - **a possibilidade** de interceptação telefônica, **limitando-a**, apenas, **a uma única e específica função**: a de viabilizar **a produção** de “*prova em investigação criminal e em instrução processual penal*” (art. 1º, “caput”).

Essas hipóteses excepcionais, no entanto, **que autorizam** o afastamento da garantia da inviolabilidade das comunicações telefônicas - **que não se reveste** de caráter absoluto, como **qualquer** garantia de índole constitucional (RTJ 148/366 - RTJ 173/805-810 - RTJ 182/560, 567 - RTJ 190/139-143, v.g.) -, **podem**, ainda, estender-se, **extraordinariamente**, a outros casos, **desde** que o Estado, **em situação de anormalidade** (que se revele, por efeito de sua natureza mesma, **derrogatória** do regime de legalidade ordinária), **venha a utilizar-se**, **apoiando-se** nos mecanismos especiais de proteção de sua ordem institucional, dos denominados **poderes de crise** **que a própria** Constituição da República lhe outorga **na vigência** do estado de defesa (CF, art. 136, § 1º, I, “c”) **ou** do estado de sítio (CF, art. 139, III).

Nem se diga, de outro lado, **que o estrangeiro**, por sofrer processo de extradição, **estaria reduzido**, por tal motivo, a uma (**inaceitável**) situação de absoluta e completa sujeição ao poder do Estado brasileiro, com a conseqüente (**e inadmissível**) privação de seus direitos e garantias fundamentais.

A circunstância de o súdito estrangeiro **assumir** a condição de extraditando **não lhe subtrai**, no processo extradicional, **em face** das autoridades e agentes do poder, **a condição indisponível** de sujeito de direitos e de titular de garantias fundamentais, cuja intangibilidade **há de ser preservada** pelo Estado a que foi dirigido o pedido de extradição: **o Brasil**, no caso, **como tem sido reiteradamente proclamado** pela jurisprudência constitucional **desta** Suprema Corte (RTJ 134/56-58 - RTJ 177/485-488).

Tenho asseverado, em diversas ocasiões, **que a essencialidade** da cooperação internacional **na repressão penal** aos delitos comuns **não exonera** o Estado brasileiro – e, **em particular**, o Supremo Tribunal Federal – **de velar pelo respeito** aos direitos fundamentais do súdito estrangeiro **que venha a sofrer**, em **nosso** País, processo extradicional **instaurado** por iniciativa de **qualquer** Estado estrangeiro.

Tenho para mim que a natureza do processo extradicional – **que não permite qualificá-lo** como processo de índole condenatória (JOSÉ FREDERICO MARQUES, “Tratado de Direito Penal”, vol. I, p. 390, item n. 2, 1997, Bookseller) – **não comporta** a diligência pleiteada pela autoridade policial federal. **É que a providência** por ela **pretendida em sede** de extradição (interceptação telefônica, **que constitui fonte de prova penal**) **não se destina a viabilizar** investigação criminal **nem a instruir** processo penal de condenação instaurados **no Brasil**.

Há que se considerar, no ponto, a finalidade **inerente** à ação de extradição passiva **e** que, **analisada** na perspectiva do Estado brasileiro, **sequer autoriza** o Tribunal do foro (**o Supremo Tribunal Federal**, no caso) **a examinar** o fundo da controvérsia **que motivou** o pleito extradicional, **não lhe cabendo proceder**, por isso mesmo, **a qualquer** indagação de caráter probatório (RTJ 140/436 – RTJ 160/105 – RTJ 160/433-434 – RTJ 161/409-411 – RTJ 170/746-747):

“PROCESSO EXTRADICIONAL - EXAME DA PROVA PENAL PRODUZIDA PERANTE O ESTADO ESTRANGEIRO - INADMISSIBILIDADE.

O modelo extradicional vigente no Brasil – **que consagra o sistema de contenciosidade limitada**, fundado em norma legal (Estatuto do Estrangeiro, art. 85, § 1º) **reputada compatível** com o texto da Constituição da República (RTJ 105/4-5 – RTJ 160/433-434 – RTJ 161/409-411) – **não autoriza que se renove**, no âmbito da ação de extradição passiva promovida **perante** o Supremo Tribunal Federal, **o litígio penal** que lhe deu origem, **nem que se efetive** o reexame do quadro probatório **ou a discussão** sobre o mérito da acusação **ou** da condenação **emanadas** de órgão competente do Estado estrangeiro. **Doutrina. Precedentes.**”

(RTJ 183/42-43, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, **e acolhendo**, ainda, **a manifestação** da douta Procuradoria-Geral da República, **indeforo o pleito** formulado, a fls. 93/96, pelo Senhor Delegado de Polícia Federal, **representante** da INTERPOL.

Brasília, 06 de março de 2007.



Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2007-mar-06/quebra_sigilo_telefonico_excecao_reafirma_stf/